

BANCO CREFISA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2026

BANCO CREFISA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. (“Banco”), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Principais destaques:

O Banco integra o Conglomerado Crefisa, estando sujeito as normas e regulamentações aplicáveis as instituições financeiras pertencentes a conglomerado prudencial supervisionado pelo Banco Central do Brasil, obteve um lucro líquido de R\$ 40.301, uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 9%.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 447.521 mil em 30 de junho de 2026 (R\$ 407.220 em dez/25).

Os ativos totalizaram R\$ 2.445.171 em 30 de junho de 2026(R\$ 2.652.967 em 31 de dezembro de 2025).

O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 49,09%.

Governança Corporativa e Controles internos:

O Banco se utiliza de boas práticas de Governança e por isso, investe fortemente e de forma contínua na excelência da gestão, buscando tornar o ambiente organizacional e institucional mais sólido, justo, responsável e transparente.

Como parte desse processo, faz a manutenção dos controles internos, mediante a análise, revisão e aderência dos processos, bem como análise e monitoramento constante de riscos, mantendo uma estrutura que reforça e garante que os riscos assumidos pelas áreas sejam coerentes com os riscos definidos e assumidos pelo Banco.

Além disso, o Banco conta com uma Diretoria experiente e profissionalizada, Comitês estatutários e não estatutários de apoio à Diretoria, como por exemplo, Comitê de Remuneração, além de processos de Compliance e Controles Internos, Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), dentre outros recursos.

Liderança Feminina

A companhia conta atualmente com 05 mulheres em seu quadro de pessoal, representando 38,46% do total de empregados. Em razão da composição atual da força de trabalho, a interpretação dos indicadores deve considerar as limitações inerentes a grupos com reduzida representatividade estatística. No que se refere à remuneração, considerando a remuneração total (parcelas fixas, variáveis e eventuais) entre empregados que exercem cargos ou funções equivalentes, observa-se equidade salarial nas posições analisadas, com correspondência de 100% entre mulheres e homens nos cargos comparáveis. No nível operacional, os indicadores apurados demonstram percentual de 74,25% para as mulheres e 164,37% para os homens. Ressalta-se, por fim, que os cargos da área de Tecnologia não foram considerados nesta análise, em razão das particularidades de sua estrutura e composição.

Auditor Independente:

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios estabelecidos na legislação brasileira.

Agradecimentos:

O Banco Crefisa S.A., agradece aos acionistas, clientes, colaboradores, correspondentes, prestadores de serviços e parceiros pelo apoio, empenho, confiança e dedicação.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Banco Crefisa S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crefisa S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 14, no semestre findo em 30 de junho de 2026 e nos saldos correspondentes, o Banco realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso essas mesmas operações fossem realizadas com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com essas partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Suspensão temporária do contrato com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Conforme Nota Explicativa nº 6.d, em 21 de agosto de 2025 o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou no Diário Oficial da União um despacho determinando a suspensão cautelar do contrato com o Banco referente ao pagamento de novos benefícios previdenciários, como forma de cessar as irregularidades e resguardar o interesse público até a conclusão dos processos de apuração, em que a Administração apresentou seu plano de ação para sanar as irregularidades. A suspensão do contrato poderá trazer impactos operacionais e financeiros para o Banco. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

BANCO CREFISA S.A.

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025		Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Circulante e não circulante				Circulante e não circulante			
Disponibilidades		707	5.503	Passivos financeiros mensurados			
Caixa e equivalentes de caixa	4	707	5.503	Ao custo amortizado	11	1.096.066	1.276.832
				Depósitos à vista		293.957	334.690
Ativos financeiros mensurados		1.908.746	2.211.274	Depósitos interfinanceiros		-	143.866
				Depósitos a prazo		737.104	642.271
Ao valor justo por meio do resultado		335.855	314.265	Carteira de terceiros		65.005	156.005
Títulos e valores mobiliários	5	335.855	314.265				
				Relações interdependências		26.132	21.830
Ao custo amortizado		1.572.891	1.897.009	Transações de pagamento		26.132	21.830
Operação de crédito	7	1.818.890	2.116.903				
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	7	(245.999)	(219.894)	Passivos fiscais		60.177	139.572
				Imposto de renda e contribuição social a recolher	26	52.706	130.834
Relações interfinanceiras	6	237.108	69.624	Outros impostos e contribuições a recolher		7.471	8.738
Sist. Liq. e arranjo de pagamento		2.919	-				
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central		234.189	69.370	Outros passivos		815.275	807.513
Relação com correspondentes		-	254	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		116	63
				Sociais e estatutárias		154	263
Ativos Fiscais		169.719	235.373	Provisão para perda esperada com credito a liberar		1.144	-
Ativo fiscal corrente		37.518	96.832	Garantias financeiras prestadas		7.349	5.688
Ativo fiscal diferido	27.a	132.051	138.390	Diversas	12	806.512	801.499
Outros impostos e contribuições a compensar		150	151				
				Patrimônio líquido	14	447.521	407.220
Outros ativos		109.016	112.334	Capital social - Domiciliados no país		344.320	344.320
Diversos	8	109.016	112.334	Reserva de lucros		103.201	62.900
Investimentos mantidos para venda	9	7.278	7.278				
Depósitos judiciais	10	12.596	11.580				
Imobilizado		1	1				
Outras imobilizações de uso		511	511				
(-) Depreciações acumuladas		(510)	(510)				
Tota do ativo		2.445.171	2.652.967	Total do passivo e patrimônio líquido		2.445.171	2.652.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	1 ° semestre	
		2026	2025
Receitas de intermediação financeira		242.452	279.428
Operações de crédito	16	191.912	234.665
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	46.861	42.421
Resultado de operações de câmbio	18	3.679	2.342
Despesas da intermediação financeira		(99.590)	(118.046)
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	7.c	(28.701)	(46.519)
Operações de captação no mercado	17	(70.889)	(71.527)
Resultado bruto da intermediação financeira		142.862	161.382
Outras (despesas)/receitas operacionais		(43.515)	(80.397)
Receitas de prestação de serviços	19.1	487.541	541.903
Despesas de pessoal	20	(2.336)	(2.273)
Reversão de provisão de tarifa de INSS		377.839	397.346
Outras despesas administrativas	21	(442.026)	(456.425)
Despesas tributárias	22	(55.570)	(62.222)
Outras receitas operacionais	23	2.910	1.246
Outras despesas operacionais	24	(411.873)	(499.972)
Resultado operacional		99.347	80.985
Resultado não operacional		-	(635)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		99.347	80.350
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	(52.706)	(75.693)
Provisão para Imposto de Renda		(29.265)	(42.039)
Provisão para Contribuição Social		(23.441)	(33.654)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		(6.340)	35.821
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(3.522)	19.901
Contribuição Social sobre Lucro Líquido		(2.818)	15.920
Lucro líquido do semestre		40.301	40.478
Número de ações (em milhares)		339.395	339.395
Lucro líquido do semestre por lote de mil ações (em R\$)		0,12	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstração do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

	1 ° semestre	
	2026	2025
Lucro líquido do semestre	40.301	40.478
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	40.301	40.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 1º de janeiro de 2026	14.a	344.320	9.357	53.543	-	407.220
Lucro líquido do semestre		-	-	-	40.301	40.301
Destinação						
Constituição de reserva legal		-	2.015	-	(2.015)	-
Reserva estatutária		-	-	38.286	(38.286)	-
Saldos em 30 de junho de 2026		<u>344.320</u>	<u>11.372</u>	<u>91.829</u>	<u>-</u>	<u>447.521</u>
Mutação do semestre		<u>-</u>	<u>2.015</u>	<u>38.286</u>	<u>-</u>	<u>40.301</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.a	344.320	5.204	-	(77.307)	272.217
Efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21		-	-	-	(25.373)	(25.373)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		<u>344.320</u>	<u>5.204</u>	<u>-</u>	<u>(102.680)</u>	<u>246.844</u>
Lucro líquido do semestre		-	-	-	40.478	40.478
Saldos em 30 de junho de 2025	14.a	<u>344.320</u>	<u>5.204</u>	<u>-</u>	<u>(62.202)</u>	<u>287.322</u>
Mutação do semestre		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.105</u>	<u>15.105</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO CREFISA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	1° Semestre	
	2026	2025
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	40.301	40.478
Ajustes ao lucro líquido	90.093	86.309
Provisão/(reversão) para provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	28.701	46.519
Depreciações e amortizações	-	230
Provisão/(reversão) contingências	2.346	(312)
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	52.706	75.693
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	6.340	(35.821)
Lucro líquido ajustado do semestre	130.394	126.787
Variações em ativos e passivos	(135.190)	89.444
Títulos e valores mobiliários	(21.590)	(17.936)
Relações interfinanceiras e interdependências	(167.484)	53.520
Operações de crédito	295.417	20.912
Outros Ativos	61.616	(172.588)
Depósitos	(89.766)	(706.975)
Obrigações por operações compromissadas	(91.000)	(131.020)
Relações interfinanceiras e interdependências	7.107	16.384
Outros Passivos	(129.490)	1.027.147
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	(4.796)	216.231
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Alienação de Intangível	-	635
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	635
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.796)	216.866
Equivalentes de caixa no início do semestre	5.503	158.241
Equivalentes de caixa no fim do semestre	707	375.107
(Redução)/aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(4.796)	216.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Banco Crefisa S.A. ("Banco"), sediado à Rua Canadá, nº 390 – São Paulo - SP, tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos comerciais, ofertando crédito consignado, antecipação de fornecedores, operando como Banco pagador de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, prestando serviços de assessoria e consultoria financeira e inclusive de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

O Banco integra o Conglomerado Crefisa, estando sujeito a normas e regulamentações aplicáveis as instituições financeiras pertencentes a conglomerado prudencial supervisionado pelo Banco Central do Brasil.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Banco Crefisa S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, foram aprovadas pela Administração em 31 de agosto de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Disponibilidades

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias.

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.3. Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

- Custo Amortizado (“CA”): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mentidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas da intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas da intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato;
- Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros;
- Ao valor justo no resultado: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

a) Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar, classificados ao Custo Amortizado.

b) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Banco integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente o Banco, possui operações em carteiras C3 e C5.

A seguir estão descritos os principais conceitos utilizados pelo Banco para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 (da resolução);
- Ativos financeiros inadimplidos: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal de juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas;
- Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinado no artigo 78 (da resolução);
- Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito: o Banco considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:
 - ✓ Operação com atraso superior a 90 dias;
 - ✓ Operações classificadas como Repactuação de Crédito;
 - ✓ Refinanciamentos decorrentes de operação com atraso superior a 90 dias;
 - ✓ Medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas;
 - ✓ No caso de “Pessoa Jurídica”, operações/contrapartes com falência e/ou recuperação judicial decretada (as operações PJ que estão na base já estão em prejuízo).

Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os títulos e valores mobiliários de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte e pertencentes a mesma coligada, sofrerão os efeitos dos arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo o Banco, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação após 720 dias de atraso.

O Banco deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, o Banco considera as seguintes premissas:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Recebimento acima de 50% do principal da operação refinanciada; e
- Pagamento de no mínimo 2 parcelas consecutivas em “dia” do contrato refinanciado.

Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais:

- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.

c) Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (exemplo: tarifas atreladas a originação das operações de crédito) pelo Banco.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, o Banco optou em utilizar a “metodologia linear” para operações de crédito e com características de crédito.

3.4. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações – 10% e sistemas de processamento de dados e veículos – 20%.

3.5. Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

3.6. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, considerando as premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2026;
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata dia”, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

3.8. Investimentos mantidos para venda

Correspondem a bens destinados à alienação, incluindo ativos recebidos em liquidação de créditos. Esses ativos são registrados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas estimadas para venda, sendo periodicamente avaliados quanto à recuperabilidade. Enquanto classificados nessa categoria, não são depreciados, sendo reconhecidas perdas ou reversões de perdas quando aplicável.

3.9. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 120, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 15%.

A Lei Complementar 224/2025 introduz alterações na legislação tributária brasileira, incluindo aumentos nas alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - um imposto calculado sobre o lucro real - aplicável as instituições financeiras, bem como alterações no regime de retenção na fonte sobre investimentos nos mercados financeiro e de capitais, entre outras disposições, o qual entrará em vigor a partir 1º de abril de 2026 de acordo cada calendário de imposto.

3.10. Ativo fiscal diferido

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos por meio das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal.

O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa nº 27, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

3.11. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da Pessoa Jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

3.12. Redução de valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

3.13. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº. 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.14. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

3.15. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.16. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.17. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

3.18. Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos na conta de reserva especial de lucros a partir do momento que sejam declarados ou propostos.

3.19. Dividendos

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do semestre. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

3.20. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado recorrente corresponde as atividades típicas do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota explicativa nº 29 (a).

3.21. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3.22. Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025, com base na Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021.

A Administração da Crefisa avaliou a aplicabilidade dos requerimentos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos às suas operações, considerando a natureza e as características dos contratos e das relações operacionais existentes.

No modelo operacional adotado, a Adobe Assessoria de Serviços Cadastrais (“Adobe”) presta serviços de assessoria técnica e relacionados aos correspondentes bancários para a Crefisa e outras do Grupo. Os contratos de locação dos imóveis utilizados nos pontos de atendimento são celebrados exclusivamente entre a Adobe e os respectivos locadores, sendo a Adobe responsável direta pelos pagamentos e demais obrigações contratuais, não figurando a Crefisa como parte desses contratos.

A decisão quanto à manutenção dos pontos de atendimento é de responsabilidade da Adobe, que utiliza pessoal próprio para a prestação dos serviços. A Adobe realiza faturamento mensal à Crefisa exclusivamente pelos serviços prestados, conforme destacado na nota explicativa nº 14.

A Administração considera as condições contratuais e operacionais aplicáveis para fins de avaliação do adequado tratamento contábil das operações, observando a regulamentação vigente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades em moeda estrangeira	707	5.503
Total	707	5.503

5. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários está classificada na categoria “Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado (VJR)”, por tipo de papel e por prazo de vencimento:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Carteira própria e vinculada - livres				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	263.212	263.087	151.149	150.885
Vinculados à prestação de garantias				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	72.723	72.768	163.226	163.380
Total	335.935	335.855	314.375	314.265

Os prazos de vencimento dos títulos variam entre os dias 1º de março de 2027 a 1º de setembro de 2027.

(a) Composição por emissor

	30/06/2026	31/12/2025
Público - Governo federal		
Títulos para negociação	335.855	314.265
Total	335.855	314.265

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2026	30/06/2025
Aplicações interfinanceiras de liquidez	25.271	24.550
Rendas de títulos de renda fixa	21.590	17.871
Total	46.861	42.421

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operação de Crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Sistema de Liquidação e Arranjo de Pagamento	2.919	-
Créditos Vinculados – Depósitos no Banco Central (i)	234.189	69.370
Relação com correspondentes	-	254
Total	<u>237.108</u>	<u>69.624</u>

- (i) Refere - se principalmente as aplicações em depósitos voluntários no Bacen com saldo em jun/26 de R\$ 230.847 (R\$ 53.000 em dez/25) e depósitos em garantias de contas de pagamentos com saldo em jun/26 R\$ 3.342 (R\$ 9.088 em dez/25).

7. Operação de Crédito

(I) Ativos Financeiros ao custo amortizado

	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados	<u>1.463.447</u>	<u>1.698.151</u>
Total de operações de crédito	1.463.447	1.698.151
Provisões para perdas incorridas associadas ao risco de crédito	(130.123)	(105.761)
Provisões para perdas adicionais associadas ao risco de crédito	(86.903)	(91.418)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(5.196)</u>	<u>(4.314)</u>
	(222.222)	(201.493)
Outros créditos		
Outros Créditos	33.899	37.664
Títulos e créditos a receber	<u>321.544</u>	<u>381.088</u>
	355.443	418.752
Provisões para perdas incorridas associadas ao risco de crédito	(12.577)	(4.516)
Provisões para perdas adicionais associadas ao risco de crédito	(8.737)	(9.661)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(2.463)</u>	<u>(4.224)</u>
	(23.777)	(18.401)
Total	<u>1.572.891</u>	<u>1.897.009</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(I) Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento

					30/06/2026
					Total Saldo Contábil Bruto
	C1	C2	C3	C4	C5
Ativos não problemáticos	-	-	332.607	-	1.164.173
Sem atraso	-	-	-	-	-
Até 14 dias de atraso	-	-	332.117	-	1.110.448
De 15 a 30 dias de atraso	-	-	486	-	33.363
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	4	-	12.648
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	-	-	7.714
Ativos problemáticos adimplidos	-	-	6.562	-	128.029
Sem atraso	-	-	-	-	-
Até 14 dias de atraso	-	-	805	-	118.759
De 15 a 30 dias de atraso	-	-	886	-	4.119
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	2.184	-	2.958
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	2.687	-	2.193
Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	18.404	-	169.115
Até 30 dias de atraso	-	-	115	-	9.039
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	1	-	8.914
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	2.185	-	9.325
De 91 a 120 dias de atraso	-	-	4.208	-	11.704
De 121 a 150 dias de atraso	-	-	3.015	-	14.604
De 151 a 180 dias de atraso	-	-	3.128	-	11.076
De 181 a 210 dias de atraso	-	-	1	-	11.667
De 211 a 240 dias de atraso	-	-	-	-	10.236
De 241 a 270 dias de atraso	-	-	-	-	10.248
De 271 a 300 dias de atraso	-	-	-	-	10.155
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	1.163	-	7.912
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	482	-	7.474
Acima de 360 dias	-	-	4.106	-	46.761
Total geral	-	-	357.573	-	1.461.317

BANCO CREFISA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

					31/12/2025
					Total Saldo Contábil Bruto
	C1	C2	C3	C4	C5
Ativos não problemáticos	-	-	392.452	-	1.430.386
Sem atraso	-	-	-	-	-
Até 14 dias de atraso	-	-	392.387	-	1.369.098
De 15 a 30 dias de atraso	-	-	30	-	36.929
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	17	-	15.579
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	18	-	8.780
Ativos problemáticos adimplidos	-	-	12.409	-	133.961
Sem atraso	-	-	-	-	-
Até 14 dias de atraso	-	-	-	-	123.441
De 15 a 30 dias de atraso	-	-	-	-	4.457
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	1	-	3.894
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	12.408	-	2.169
Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	5.839	-	141.856
Até 30 dias de atraso	-	-	29	-	12.863
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	14	-	12.219
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	18	-	11.884
De 91 a 120 dias de atraso	-	-	11	-	10.802
De 121 a 150 dias de atraso	-	-	13	-	8.190
De 151 a 180 dias de atraso	-	-	2	-	7.724
De 181 a 210 dias de atraso	-	-	-	-	7.186
De 211 a 240 dias de atraso	-	-	4.227	-	6.525
De 241 a 270 dias de atraso	-	-	-	-	6.094
De 271 a 300 dias de atraso	-	-	-	-	6.315
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	-	-	5.965
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	1.524	-	5.896
Acima de 360 dias	-	-	1	-	40.193
Total geral	-	-	410.700	-	1.706.203

Notas explicativas às demonstrações contábeis
 Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Por atividade econômica

Setor	30/06/2026	31/12/2025
Pessoas Jurídicas	410.391	484.182
Pessoas Físicas	1.408.499	1.632.721
Total	<u>1.818.890</u>	<u>2.116.903</u>

b. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está assim distribuída:

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	219.894	34.376
Efeito na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	42.958
Reversão/baixas contra a provisão	(2.596)	(1.572)
Provisão constituída no semestre/exercício	28.701	144.132
Saldo final	<u>245.999</u>	<u>219.894</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

					30/06/2026
Carteira	Situação	Perdas Esperadas	Perdas Esperadas Incorridas	Perdas Esperadas Adicionais	Total Perda Esperada
C1	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos adimplidos	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
	Total carteira C1	-	-	-	-
C2	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C2	Ativos problemáticos adimplidos	-	-	-	-
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
	Total carteira C2	-	-	-	-
C3	Ativos não problemáticos	584	-	5.945	6.529
C3	Ativos problemáticos adimplidos	1.416	-	1.829	3.245
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	894	12.579	625	14.098
	Total carteira C3	2.894	12.579	8.399	23.872
C4	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos adimplidos	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
	Total carteira C4	-	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	-	-	13.730	13.730
C5	Ativos problemáticos adimplidos	913	-	68.445	69.358
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	3.852	130.121	5.066	139.039
	Total carteira C5	4.765	130.121	87.241	222.127
	Total geral da carteira	7.659	142.700	95.640	245.999

BANCO CREFISA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2025			
Carteira	Situação	Perdas Esperadas	Perdas Esperadas Incorridas	Perdas Esperadas Adicionais	Total Perda Esperada
C1	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos adimplidos	-	-	-	-
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
	Total carteira C1	-	-	-	-
C2	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C2	Ativos problemáticos adimplidos	-	-	-	-
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
	Total carteira C2	-	-	-	-
C3	Ativos não problemáticos	7	-	7.457	7.464
C3	Ativos problemáticos adimplidos	3.962	-	2.081	6.043
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	293	4.057	215	4.565
	Total carteira C3	4.262	4.057	9.753	18.072
C4	Ativos não problemáticos	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos adimplidos	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-
	Total carteira C4	-	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	227	-	16.129	16.356
C5	Ativos problemáticos adimplidos	896	-	71.534	72.430
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	3.365	105.757	3.914	113.036
	Total carteira C5	4.488	105.757	91.577	201.822
	Total geral da carteira	8.750	109.814	101.330	219.894

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Recuperação de créditos baixados para prejuízo

No semestre findo em 30 de junho de 2026, houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 1.986 (R\$ 16.669 junho de 2025).

d. Suspensão temporária contrato com o INSS

No segundo semestre de 2025, o contrato com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS referente ao pagamento dos novos benefícios foi suspenso temporariamente para realização de melhorias em estrutura e procedimentos.

As exigências realizadas pelo INSS já foram cumpridas e já foi negociado um Termo de Compromisso para retomada do contrato, o qual seguirá agora os trâmites administrativos e deverá ser firmado até o final desse ano.

8. Outros ativos – diversos

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos a funcionários	112	211
Adiantamentos por conta da Instituição	2	5
Adiantamentos ao FGC	8.835	-
Rendas a Receber	2.074	1.488
Devedores Diversos - País	6.558	2.673
Transações em Processamento (i)	91.435	107.957
Total	109.016	112.334
Circulante	1.027	1.129
Não circulante	107.989	111.205

(i) Refere-se a operações a processar dos saldos em terminal eletrônico.

9. Investimentos mantidos para venda

	30/06/2026	31/12/2025
Bens não de uso próprio		
Imóvel	7.278	7.278
Terreno	297	297
Máquinas e Equipamentos	667	667
Provisão para desvalorização	(964)	(964)
Total	7.278	7.278

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Depósitos Judiciais

	30/06/2026	31/12/2025
Depósito Judicial Trabalhista (i)	5.455	6.401
Depósito Judicial PIS	3.581	3.482
Outros Recursos Fiscais	43	41
Depósito Judicial Cível e Fiscal (ii)	3.517	1.656
Total	<u>12.596</u>	<u>11.580</u>

(i) Referem-se a valores depositados judicialmente em reclamações trabalhistas;

(ii) Referem-se a valores depositados judicialmente em reclamações cíveis e fiscais.

BANCO CREFISA S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Depósitos e demais instrumentos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	Prazos Sem vencimento	(dias)			30/06/2026	31/12/2025
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total	Total	
Depósitos à vista	293.957	-	-	-	293.957	334.690
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	143.866
Depósitos a prazo	-	-	209	736.895	737.104	642.271
Carteira de Terceiros	-	65.005	-	-	65.005	156.005
Total	293.957	65.005	209	736.895	1.096.066	1.276.832
Circulante	-	-	-	-	359.171	706.724
Não circulante	-	-	-	-	736.895	570.108

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Outros passivos – diversas

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações por transações de pagamentos	10.969	14.983
Valores a pagar em moeda estrangeira	2.100	2.396
Obrigações por convênios oficiais (i)	543.173	540.308
Despesas de pessoal	388	354
Provisão para contingências (nota explic. 13)	15.232	12.886
Credores Diversos - País (ii)	234.478	230.572
Outros Pagamentos	172	-
Total	806.512	801.499

- (i) O Banco tornou-se parte integrante do grupo de instituições financeiras autorizadas a realizar pagamentos de benefícios concedidos pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), o saldo constante nesta conta representa o valor a ser repassado aos beneficiários;
- (ii) O saldo basicamente refere-se a valores a repassar para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) no montante de R\$ 92.458 e tarifas a pagar no montante de R\$ 116.865.

13. Outros passivos – diversas – contingências - não circulante

A Instituição, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza tributária, legal, cível e trabalhista. As provisões decorrentes dessas demandas são constituídas com base em opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

A composição e movimentação da provisão para demandas judiciais podem ser assim demonstradas:

	31/12/2025	Adição	Baixa	30/06/2026
Matéria				
Fiscais	3.482	99	-	3.581
Trabalhista	7.830	1.618	-	9.448
Cível	1574	629	-	2.203
Saldos finais	12.886	2.346	-	15.232

	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Matéria				
Fiscais	3.281	201	-	3.482
Trabalhista	2.904	4.926	-	7.830
Cível	565	1009	-	1.574
Saldos finais	6.750	6.136	-	12.886

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Perdas possíveis não provisionadas nas demonstrações contábeis

As demandas judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, podem ser assim demonstradas:

	30/06/2026	31/12/2025
Tributárias		
Perdas Tributárias	11.816	12.718
Cíveis		
Perdas e danos	58.505	37.731
Trabalhistas		
Reclamação trabalhista	68.789	31.136
Total	<u>139.110</u>	<u>81.585</u>

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está representado por 339.394.940 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no montante de R\$ 344.320.

(b) Reserva de lucros

Conforme determinado na Lei nº 6.404/76, a reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social e a reserva estatutária é composta pelo saldo remanescente do lucro líquido após destinação do percentual para a reserva legal, ficando à disposição da Assembleia Geral, conforme definido no estatuto social.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foi constituído o montante de R\$ 2.015 (R\$ 4.153 em dez/25) a título de reserva legal.

O saldo de reserva legal em 30 de junho de 2026 é de R\$ 11.372 (R\$ 9.357 em dez/25).

O saldo da reserva estatutária em 30 de junho de 2026 é de R\$ 91.829 mil (R\$ 53.543 mil em dezembro de 2025). O montante de R\$ 38.000 mil refere-se à destinação do resultado do semestre para a reserva estatutária, cuja formalização societária será realizada na próxima AGO/AGE.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Transações com partes relacionadas

(a) Outras partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão refletidas nas seguintes contas:

	Ativo		Resultado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Comissões sobre carta de fiança				
Adobe Assessoria Serviços Cadastrais S.A.	206	230	429	405
Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.	13	23	43	41
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.	1.353	783	2.037	583
Bigshow Barueri SPE S.A.	268	268	129	133
Toscana Telemarketing e Serviços S.A.	14	13	27	15
Sociedade Educacional das Américas S.A.	9	11	19	16
	1.863	1.328	2.684	1.193
	Passivo		Resultado	
Depósitos interfinanceiro				
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos	-	143.866	(21.395)	(4.596)
Operações Compromissadas				
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos	65.005	41.006	(5.977)	(856)
Depósitos a Prazo				
Adobe Assessoria Serviços Cadastrais S.A.	821	4.869	(1.498)	(114)
Bigshow Barueri SPE S.A.	3.095	5.639	(232)	(139)
City Serviços Aéreos S.A.	19.693	14.316	(7.523)	(93)
Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.	541.219	464.692	(22.058)	(2.477)
Crefitech Serviços de Tecnologia Informática S.A.	22.849	37.509	(1.234)	(77)
Crefiseg corretora de seguros S.A.	366	-	(14)	(1)
Dr. Fam Clínica Médica S.A.	17	5	(2)	-
Lagospar S.A.	5.646	301	(157)	(2)
Nosso Vet Hospital Veterinario S.A.	209	506	(20)	(7)
Panda Agência de Publicidade Ltda.	9.990	6.977	(565)	(66)
Placar Linhas Aéreas S.A.	5.246	3.409	(316)	(9)
Sociedade Educacional das Américas S.A.	104.690	94.336	(6.262)	(1.769)
Toscana Telemarketing e Serviços S.A.	23.263	9.712	(986)	(21)
Depósitos à vista / Prestação de serviços				
Diretoria e Acionistas	901	8.508	(172)	-
Adobe Assessoria Serviços Cadastrais S.A.	678	879	461	361
Bigshow Barueri SPE S.A.	15	130	2	4
City Serviços Aéreos S.A.	28	77	1	-
Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.	18	205	3	3
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.	30.793	88.949	461.870	522.141
Crefisa Seguros S.A.	392	480	304	6
Crefiseg Corretora de Seguros S.A.	11	106	1	-
Crefitech Serviços de Tecnologia S.A.	56	173	12	12
Dr. Fam Clínica Médica S.A.	5	63	-	-
Dr. Pet Clínica Veterinária S.A.	-	-	-	-
JR Participações e Investimentos S.A.	51	76	-	-
Lagospar S.A.	5	80	-	-
Nosso Vet Hospital Veterinario S.A.	4	49	2	2
Panda Agência de Publicidade Ltda.	15	120	2.403	2.403
Placar Linhas Aéreas S.A.	18	124	5	2
Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A.	55	153	-	-
Sociedade Educacional das Américas S.A.	224	820	36	37
Toscana Telemarketing e Serviços S.A.	14	45	77	92
Correspondente Bancário				
Adobe Assessoria Serviços Cadastrais S.A.	-	-	(44)	(116)
Despesas com serviços de cobrança				
Toscana Telemarketing e Serviços S.A.	-	-	(4.200)	(4.200)
Despesas com serviços de tecnologia				
Crefitech Serviços de Tecnologia S.A.	-	-	(60)	-
Receitas de serviços de cobrança				
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.	-	-	1.449	3.098
Sociedade Educacional das Américas S.A.	-	-	9	3
	835.392	928.180	393.920	513.621

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Remuneração da Administração

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecido o montante de R\$ 172 mil a título de honorários da Diretoria, referente à remuneração do pessoal-chave da Administração. Esse valor foi registrado por meio de rateio entre empresas do Grupo, considerando a parcela atribuível ao Banco, em conformidade com a remuneração aprovada em ata.

16. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de empréstimos	188.735	188.025
Rendas de direitos creditórios	1.191	29.971
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	1.986	16.669
Total	<u>191.912</u>	<u>234.665</u>

17. Despesa da intermediação financeira – operações de captação no mercado

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa de captação	69.461	70.181
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	500	533
Contribuição ao fundo garantidor de créditos - FGC	928	813
Total	<u>70.889</u>	<u>71.527</u>

18. Resultado de operações de câmbio

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de operação de câmbio - outras	(2.052)	(18)
Resultado de variação cambial (i)	5.731	2.360
Total	<u>3.679</u>	<u>2.342</u>

(i) Receita de atualização de Depósitos em Moedas Estrangeiras - valor elevado de receita em função do saldo Médio elevado mantido junto a Banqueiros no exterior.

19. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

19.1. Receita de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Tarifas bancárias	7.667	2.802
Serviços prestados a ligadas (i)	469.494	529.390
Outros serviços	10.380	9.711
Total	<u>487.541</u>	<u>541.903</u>

(i) Refere-se basicamente a serviços prestados a Crefisa S.A. - Crédito e Financiamento e Investimentos, prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira, elaboração de relatórios, gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, comissão de fiança e indicação de clientes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas de pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Proventos	1.287	1.579
Encargos sociais	425	618
Benefícios	624	76
Total	<u>2.336</u>	<u>2.273</u>

21. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de serviços de terceiros	16.392	14.770
Despesas de serviços técnicos especializados	6.203	2.377
Despesas de processamentos de dados	15.489	13.517
Despesas de comunicação	378	247
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.254	2.116
Despesas de tarifas INSS (i)	377.949	417.899
Despesas de aluguéis	15.222	5.207
Outras despesas	9.139	292
Total	<u>442.026</u>	<u>456.425</u>

- (i) Refere-se a tarifa paga a Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) pelos pagamentos de benefícios. Mensalmente o Banco Crefisa S.A. constitui uma provisão estimada dos valores a serem pagos ao INSS no mês, conseqüentemente no mês seguinte são recebidos os valores efetivos a pagar, acarretando assim no estorno da provisão contabilizada no mês anterior, gerando uma receita de reversão no semestre.

22. Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de ISSQN	24.521	27.157
Despesas de contribuições ao COFINS	26.600	30.048
Despesas de contribuições ao PIS	4.322	4.883
Despesas com outros tributos	127	134
Total	<u>55.570</u>	<u>62.222</u>

23. Outras receitas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Garantias prestadas	2.881	1.246
Outras	29	-
Total	<u>2.910</u>	<u>1.246</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras despesas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Provisão para contingências (i)	2.346	43.671
Despesas com repasses INSS (ii)	367.552	441.590
Outras Despesas operacionais (iii)	41.975	14.711
Total	<u>411.873</u>	<u>499.972</u>

- (i) O Banco constituiu provisões para contingências de processos fiscais e trabalhistas cujo diagnóstico de perdas contemplam causas prováveis;
- (ii) As despesas de repasses referem-se a provisão de tarifas junto ao INSS, que serão pagas durante o segundo semestre de 2026;
- (iii) Refere-se em sua maioria a despesas com tarifa sobre pagamento de benefícios no valor de R\$ 10.154 e despesas com prejuízo com operações de créditos baixados no valor de R\$ 30.882.

25. Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS

Provisionados às alíquotas a seguir demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Descrição	Índice (%)
Imposto de Renda	15,00
Adicional de Imposto de Renda	10,00
Contribuição social	20,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para Imposto de Renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 120, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

O ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal, sendo os seus efeitos registrados na rubrica “ativo fiscal diferido” com reflexo no resultado do período.

Os ativos fiscais diferidos são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de ativo fiscal diferido decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as operações são demonstrados a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Natureza dos Ajustes		
Resultado antes da tributação s/lucro	99.501	80.294
Provisão de PLR	(154)	(944)
Resultado ajustado para base de cálculo do IR e CS	99.347	80.350
Adições/(exclusões)	17.860	101.506
Provisão para contingências	2.346	1.078
Provisão para Devedores Duvidosos	(3.721)	10.992
Perdas Incorridas – Amortização 1/84 avos	(2.317)	-
Outras Provisões	(28)	86.410
Participações sobre o lucro	-	(454)
Outros	21.580	3.480
Lucro Antes das Compensações	117.207	182.309
(-) Compensações de Prejuízos/Base Negativa	-	(14.038)
Base de cálculo do IRPJ	117.207	168.271
Imposto de Renda calculado	29.289	42.056
Incentivos fiscais de dedução	(24)	(17)
Imposto de Renda apurado	29.265	42.039
Base de cálculo da CSLL	117.207	168.271
Contribuição social apurada	23.441	33.654
Total IRPJ e CSLL apurado	52.706	75.693
IRPJ – estimativa	(23.308)	(23.942)
CSLL – estimativa	(14.061)	(14.381)
Total IRPJ e CSLL devido	15.337	37.370

27. Ativo diferido IRPJ e CSLL

Em 30 de junho de 2026 o Banco Crefisa constituiu Crédito Tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 15.343 (R\$ 37.369 em 2025).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo da constituição do crédito foi adequar as melhores práticas contábeis, visando o equilíbrio das contas de resultado e contas patrimoniais, e demonstrando de forma clara e efetiva a transparência nas demonstrações contábeis. Considerando os critérios determinados pela Resolução 4.842/20.

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

(a) Composição do ativo diferido:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Judicial Trabalhista (a)	9.448	7.830
Provisão Pis e COFINS-Contestação Judicial (b)	3.581	3.482
Provisão Desvalorização BNDU (c)	964	964
Perdas Esperadas (d)	110.643	114.364
Provisão Tarifa INSS (e)	58.495	68.782
Processos Cíveis e Outros (f)	2.203	1.574
Provisão Participação Lucros e Resultados (g)	154	263
Perdas Incorridas Risco de Crédito (f)	107.960	110.276
Base de cálculo	<u>293.448</u>	<u>307.535</u>
Cálculo		
CSLL - 20%	58.689	61.507
IRPJ - 25%	73.362	76.883
Total saldo do crédito tributário	<u>132.051</u>	<u>138.390</u>

O valor presente desses créditos tributários, calculado utilizando a taxa média SELIC em 13,8% é R\$ 116.034 (R\$ 124.228 em dezembro de 2025).

- (a) As provisões para fins Trabalhistas são adicionadas à base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme regras estabelecidas pelo artigo 339 do RIR.

Conforme vão ocorrendo os acordos judiciais/e ou a finalização dos processos os valores são efetivamente aproveitados na base do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em obediência a competência contábil.

O controle das adições e exclusões é efetuado automaticamente com base nos sistemas de pagamentos, contábil e fiscal.

Posteriormente, com base nos relatórios gerenciais, os valores são devidamente conciliados.

- (b) Provisão PIS e COFINS Contestação Judicial - O Banco Crefisa possui dois Mandados de Segurança (Processo n.º 0007421-45.2006.4.03.6100 e 0007420-60.2006.4.03.6100) sob patrocínio do Escritório Vellozo Advogados, que discutem a tributação de Pis e COFINS sobre Receitas Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referidos Mandados de Segurança foram interrompidos no Tribunal Regional Federal diante da pendência de julgamento da tese pelo STF. Contudo, em 20 de junho de 2023, foi publicada Ata deste julgamento (Tema n.º 372 do STF) de forma desfavorável à Empresa.

- (c) Os valores provisionados a título de Desvalorização BNDU são constituídas obedecendo os critérios do Bacen, critérios de reconhecimento e mensuração de ativos não de uso próprio. O reconhecimento se dá pelo menor valor entre o valor contábil da operação de crédito liquidada com o bem e o valor de mercado do bem;
- (d) Em conformidade com a Resolução nº 4.966/21, o critério de reconhecimento de perdas incorridas, anteriormente disciplinado pela Resolução nº 2.682/99, foi substituído pela metodologia de perdas esperadas. Essa mudança tem como finalidade proporcionar um reconhecimento mais tempestivo, realista e preventivo das perdas de crédito, contribuindo para maior robustez no gerenciamento de riscos e para a estabilidade do sistema financeiro. No modelo anterior vigente, a constituição de provisão para perdas ocorria apenas após a materialização de evidências objetivas de inadimplência, ou seja, quando o atraso no pagamento já se encontrava caracterizado. Com a adoção da Resolução nº 4.966/21, o reconhecimento passou a ser realizado de forma prospectiva, considerando projeções e cenários futuros. Assim, as perdas de crédito são registradas preventivamente, mesmo antes da ocorrência efetiva da inadimplência, utilizando modelos estatísticos e análises de risco que incorporam variáveis macroeconômicas e setoriais, aderente às melhores práticas internacionais.

Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento.

- (e) Os valores provisionados de INSS referem-se as tarifas pagas ao INSS relativo à prestação de serviços como Banco Pagador ao beneficiário do INSS. A provisão é constituída quando se recebe o relatório contendo a estimativa dos valores calculados pelo INSS e revertida no final do mês subsequente quando se recebe a informação dos valores efetivos a serem pagos;
- (f) A Provisão para Outras Contingências foi constituída para garantir as eventuais oscilações em nossa carteira de processos trabalhistas e eventuais processos cíveis;
- (g) A provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) é constituída em conformidade com as disposições estabelecidas na convenção coletiva da categoria bancária. Tal constituição observa os critérios e condições pactuados entre a instituição e a representação sindical, garantindo aderência às normas trabalhistas aplicáveis e assegurando a adequada mensuração da obrigação no âmbito das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação da composição do ativo diferido:

	SalDOS em 31/12/2025	Movimentações		SalDOS em 30/06/2026
		Constituições	Realizações/ Baixas/ Transferências	
Provisão Judiciais Trabalhistas	7.830	1.618	-	9.448
Provisão PIS e COFINS -				
Cont.Judicial	3.482	99	-	3.581
Provisão Desvalorização BNDU	964	-	-	964
Perdas Esperadas	114.364	5.156	8.877	110.643
Provisão Tarifa INSS	68.782	1.779	12.062	58.495
Processos Cíveis e Outros	1.574	629	-	2.203
Provisão Particip. nos Lucros e Resultados	263	101	210	154
Perdas Incorridas Risco de Crédito	110.276	25.374	27.692	107.960
Total	307.535	34.757	48.843	293.448

(c) Expectativa de realização do ativo diferido

Os créditos tributários da Instituição em 30 de junho de 2026 representados por diferenças temporárias possuem a seguinte expectativa de realização:

Base	SalDOS	Expectativa de realização
Provisões Judiciais Trabalhistas	9.448	20 meses
Provisão PIS e COFINS-Contestação Judicial	3.581	21 meses
Provisão Desvalorização BNDU	964	12 meses
Perdas Esperadas	110.643	24 meses
Provisões Tarifa INSS	58.495	20 meses
Processos Cíveis e Outros	2.203	21 meses
Provisão Participação Lucros e Resultados	154	9 meses
Perdas Incorridas Risco de Crédito	107.960	24 meses
Total	293.448	

28. Gerenciamento de Riscos e de Capital

a. Gerenciamento de Riscos

Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, o Banco Crefisa S.A. e a Sedona, possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável.

Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela Alta Administração.

Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição.

Risco de crédito

A Crefisa identifica e avalia o risco de crédito em operações de crédito pessoal e consignado para pessoas físicas e produtos de crédito em geral para pessoas jurídicas, contemplando reestruturação de instrumentos financeiros, ativos problemáticos e contrapartes conectadas.

Monitora as exposições concentradas, a concentração em contrapartes, as perdas com operações de crédito e vários outros indicadores. Quando pertinente, estabelece procedimentos para mitigar os riscos e as perdas, como execução de garantias e ações de cobrança.

Risco de mercado e IRRBB

A Crefisa identifica o risco de mercado por meio da decomposição dos ativos que compõem sua carteira em fatores primitivos de risco e estima a perda que a oscilação no preço de mercado dos ativos pode acarretar. Para isso, utiliza o VaR (*Value at Risk*).

Monitora diariamente as exposições e limites estabelecidos internamente e, quando pertinente, revisa a estratégia de investimentos. Realiza *backtesting* para avaliar a efetividade do modelo e complementa a avaliação do risco com o cálculo do VaR Stress.

Gerencia o risco das movimentações adversas das taxas de juros, ou seja, o IRRBB, por meio do Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*). Mensalmente avalia se o capital é suficiente para cobrir o IRRBB e, quando pertinente, adota ações pertinentes para mitigar o risco.

Risco de liquidez

Para o gerenciamento do seu risco de liquidez, a Crefisa avalia se tem recursos suficientes para honrar com suas obrigações de curtíssimo prazo (liquidez imediata) e o descasamento do fluxo de caixa entre ativos e passivos nos médio e longo prazos, respeitando os limites definidos internamente.

Mantém o Plano de Contingência de Liquidez atualizado e aprovado nas alçadas competentes e o aciona de acordo com as regras nele estabelecidas.

Risco operacional

A Crefisa identifica o risco operacional e controles em seus processos por meio de mapeamento estruturado de fragilidades, incluindo o risco de tecnologia da informação e o risco legal. A avaliação do nível de exposição é obtida por meio de uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos, disponíveis em documento específico, e da efetividade dos controles. Caso seja considerada inadequada, são definidos planos de ação para adequação da efetividade do controle e então mitigação do risco.

Risco Socio, ambiental e climático

O risco social, ambiental e climático (RSAC) na Crefisa surge da sua relação com as partes interessadas (Clientes, Colaboradores e Parceiros) e permeia os demais riscos que a instituição está exposta. O gerenciamento desse risco envolve: a definição e monitoramento de indicadores específicos de RSAC e mesclados com outros riscos; a divulgação das diretrizes SAC que a instituição espera que seus parceiros estejam aderentes, asseguradas pela inclusão de cláusulas contratuais; o monitoramento da inclusão de clientes e parceiros em listas restritivas durante todo o período de relacionamento com a instituição; a definição de alçadas para aprovação de relacionamento com as partes interessadas; dentre outras ações.

Risco de continuidade de negócios

O gerenciamento desse tipo de risco fornece estrutura para que a Crefisa seja capaz de responder eficazmente a situações de interrupções em seus negócios e salvaguardar a reputação da sua marca e suas atividades geradoras de receita.

Possui um Plano de Continuidade de Negócios atualizado, com um conjunto previamente definido de estratégias e procedimentos para ações de contingência, para gerenciamento de crises e para recuperação das funcionalidades dos ativos de Tecnologia da Informação que suportam os processos/atividades vitais e críticos para restabelecer o ambiente e as condições originais da operação. Realiza periodicamente testes e revisões para assegurar a efetividade do plano.

Risco de conformidade (compliance)

A Crefisa possui estrutura dedicada à função de conformidade, segregada das áreas de negócios e de auditoria interna, para atuar com independência e assegurar o exercício pleno de suas atividades.

Mantém política específica, que estabelece diretrizes para avaliar e monitorar a aderência da Crefisa ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos normativos internos e outros regulamentos que esteja obrigada a observar; realiza testes periódicos; monitora a publicação de novos normativos externos e a implementação de adequações, quando necessário; e estabelece condições mínimas regulatórias que devem ser observadas em novos projetos ou produtos.

Risco de privacidade e proteção de dados

A Crefisa considera a privacidade e proteção de dados muito importante. Por isso, possui estrutura dedicada e independente das áreas de segurança e de tecnologia da informação para o gerenciamento desse tipo de risco, baseado nos pilares da análise de impacto à privacidade (PIA) e da análise de impacto de Proteção de Dados (DPIA).

A avaliação do nível de exposição ao risco é realizada por meio da combinação de análises qualitativas e quantitativas do processo e ferramentas envolvidas e da análise da efetividade de controles mitigatórios. Quando pertinente, são definidos planos de ação para corrigir deficiências e assegurar o tratamento adequado dos dados da Crefisa e de seus clientes, colaboradores e parceiros.

Risco tecnológico

O risco tecnológico surge de falhas, indisponibilidades, comprometimentos ou inadequações de ativos, serviços e infraestrutura de tecnologia da empresa, incluindo o risco cibernético, podendo comprometer sistemas, dados ou a continuidade das operações. Para o gerenciamento desse risco, a empresa estabelece diversos processos e dispõe de sistemas que permitem identificar, avaliar e tratar essas exposições, assegurando a disponibilidade, a integridade e a confidencialidade da informação, conforme descrito em documentos específicos.

Foram incorporados novos processos com o objetivo de fortalecer de forma contínua a governança de segurança da informação, a mitigação de riscos operacionais e a proteção dos ativos críticos da organização.

Na proteção de perímetro e *endpoints*, destacam-se o aprimoramento da gestão de regras de firewall, com a eliminação de permissões excessivas; a consolidação e o ajuste das configurações avançadas do EDR (*Endpoint Detection and Response*) CrowdStrike para detecção e resposta a ameaças; e a implantação do serviço de MDR (*Managed Detection and Response*) em regime 24x7.

Na gestão de acessos, foram adotadas revisões periódicas e sistemáticas dos acessos aos sistemas de transações financeiras, a implantação de MFA para Citrix, VPN e usuários do Office 365, além da criação de alçadas sistêmicas de aprovação e do reforço das restrições de acesso, com monitoramento contínuo, gravação de sessões e registro detalhado de logs no sistema de Pagamentos.

Na gestão de vulnerabilidades e detecção de ameaças, foi implementada ferramenta dedicada à gestão de vulnerabilidades (Tenable) e implantada a solução Lumu para avaliação contínua de comprometimento (*Continuous Compromise Assessment*), mediante a coleta e a correlação sistemática de metadados de rede, tais como consultas DNS, fluxos de rede (netflows), logs de acesso de proxy e firewall e amostras de spam, confrontados de forma automatizada com bases de inteligência de ameaças. Esse processo possibilita a identificação em tempo quase real de eventuais contatos com infraestruturas adversárias, a redução do tempo de detecção e a orquestração de respostas de contenção.

Na proteção de aplicações, APIs e serviços digitais, foi adotada a plataforma Cequence para a segurança de APIs, contemplando a descoberta e o inventário contínuo de todo o parque de interfaces expostas, incluindo APIs não catalogadas, obsoletas ou fora de padrão (*shadow e zombie APIs*). Foi implementado também o ecossistema Akamai para proteção da camada de aplicações web e entrega segura de conteúdo, reunindo firewall de aplicação web (WAF) para mitigação de ameaças como injeções de código e *cross-site scripting*, gestão avançada de *bots (anti-bot)* para distinção entre tráfego legítimo e automatizado e bloqueio de acessos fraudulentos, e rede de distribuição de conteúdo (CDN) para aceleração, alta disponibilidade e resiliência dos serviços, com camada adicional de proteção contra ataques de negação de serviço distribuída (DDoS). Complementarmente, foi adotada a plataforma Appdome para a proteção dos aplicativos móveis da organização, com a incorporação de mecanismos de blindagem em tempo de execução (RASP), ofuscação de código, prevenção contra adulteração, engenharia reversa e uso em ambientes comprometidos, além de recursos de defesa contra fraudes e de detecção de ameaças em dispositivos.

Na cultura e conscientização, foi executado programa estruturado de educação e conscientização em segurança da informação, voltado à mitigação de riscos associados ao fator humano.

b. Gerenciamento de capital

O Gerenciamento de Capital visa apoiar o processo decisório nos negócios, além de manter o nível de capital da Crefisa enquadrado aos limites mínimos exigidos pelo regulador.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base nisso, a instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, compatível com os riscos incorridos, cujo objetivo é monitorar e controlar sua suficiência frente aos riscos que está exposta, bem como realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Crefisa.

O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial Crefisa é constituído pelo Capital Social e Reservas de Lucros, deduzidos de ajustes prudenciais, perfazendo o valor de R\$ 6.760 bilhões em 30 de junho de 2026, sendo a totalidade desse valor enquadrada como PR Nível I.

O Índice de Basileia nessa data foi de 49,09%, ficando acima do limite mínimo estabelecido pelo regulador.

c. Análise de sensibilidade

Em cumprimento ao disposto no artigo 35 da Resolução BCB nº 2/20, o Conglomerado Prudencial Crefisa realizou análise de sensibilidade que é uma ferramenta fundamental na gestão de riscos, pois permite avaliar o impacto de mudanças extremas em variáveis de mercado, crédito, liquidez e capital sobre a posição da instituição. A seguir, descrevemos como essa análise é aplicada em cada tipo de risco:

Risco de mercado: para o estresse de mercado, é utilizado um cenário adverso em que as curvas do ativo objeto dos ativos são deslocadas (choques paralelos), refletindo um ambiente de estresse macroeconômico. O objetivo é medir a sensibilidade do portfólio a movimentos bruscos nas taxas de mercado.

Risco de crédito: a análise de sensibilidade é feita por meio do rebaixamento em dois níveis de rating para cada operação. Essa abordagem permite mensurar o impacto de um eventual agravamento da qualidade de crédito dos tomadores nas provisões e na exposição ao risco.

Risco de liquidez: o estresse de liquidez considera a redução da liquidez diária pela estimativa do VaR estressado, que representa a máxima perda esperada em um dia em cenário extremo. Esse ajuste busca garantir que a instituição mantenha reservas suficientes mesmo em momentos de alta volatilidade:

Análise de Sensibilidade (Reais / mil)	
Crédito	765.893
Liquidez	2.345.965
Mercado	77.389

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de capital: para o capital, a análise considera os dois piores cenários combinados de Δ EVE (Economic Value of Equity) e Δ NII (Net Interest Income), recalculando o Índice de Basileia diante de perdas simultâneas em valor econômico e resultado financeiro. Essa abordagem visa capturar o impacto conjunto sobre a solvência da Instituição:

Cenário N ₁	Δ EVE cenário1 (R\$ Mil)	Cenário N ₂	Δ EVE cenário2 (R\$ Mil)	Cenário i ₁	Δ NII cenário1 (R\$ Mil)	Cenário i ₂	Δ NII cenário2 (R\$ Mil)
Paralelo de Baixa	162.635	Paralelo de Baixa	162.635	Paralelo de Alta	-78.615	Paralelo de Baixa	72.068

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br

29. Informações complementares

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outras garantias, totalizam R\$ 384.393 (R\$ 249.847 dez/25) e estão registradas em conta de compensação. No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não existem valores de avais e fianças honradas a terceiros.

30. Outros assuntos

(a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição. Nosso resultado contábil no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 40.301 líquido de impostos.

(b) Reforma tributária

A Companhia encontra-se em processo de avaliação e adequação aos impactos decorrentes da Reforma Tributária sobre o Consumo, considerando as alterações introduzidas pela legislação vigente e o cronograma de implementação previsto.

Neste momento, os trabalhos estão concentrados na avaliação dos impactos potenciais sobre os processos operacionais, tributários, contábeis e sistêmicos, bem como na identificação das adequações necessárias para assegurar a conformidade e a continuidade operacional durante o período de transição.

Entre as principais iniciativas em andamento, destacam-se:

- Revisão e mapeamento dos processos impactados pela nova sistemática de tributação;
- Avaliação dos reflexos da nova estrutura tributária sobre as operações e modelos de negócio das empresas do grupo;
- Adequação dos sistemas e respectivos parâmetros fiscais para atendimento aos novos requisitos legais e obrigações acessórias;
- Revisão dos controles internos e dos procedimentos relacionados à apuração, escrituração e emissão de documentos fiscais;
- Análise dos impactos sobre os processos contábeis e fiscais, incluindo a necessidade de eventuais ajustes de procedimentos e parametrizações;
- Acompanhamento das atualizações legislativas e regulamentares, considerando o caráter gradual da implementação da reforma tributária; e
- Interação com as áreas de tecnologia, contabilidade, fiscal, operações e consultorias especializadas, visando à coordenação das ações necessárias à implementação.

No âmbito sistêmico, a Companhia já vem realizando as adequações necessárias em seu ambiente de ERP, incluindo a preparação para o tratamento dos novos tributos e respectivos requisitos fiscais. As atividades estão sendo conduzidas de forma planejada, com acompanhamento das atualizações disponibilizadas pelos fornecedores de tecnologia e avaliação dos impactos sobre os processos existentes.

Adicionalmente, estão sendo realizadas reuniões periódicas entre as áreas envolvidas e os parceiros especializados, com o objetivo de estabelecer o planejamento das etapas de implementação, adequação e integração dos sistemas, bem como acompanhar a evolução das atividades e eventuais pontos de atenção.

Considerando que a Reforma Tributária possui implementação gradual e que regulamentações e especificações técnicas ainda podem ser objeto de atualizações, a Companhia mantém o processo de avaliação contínua, revisando suas premissas, processos, controles e sistemas à medida que novos normativos e orientações são disponibilizados.

Neste estágio, a Administração entende que as ações realizadas e em andamento são suficientes para o acompanhamento e tratamento dos potenciais impactos da Reforma Tributária, permanecendo a avaliação sujeita à evolução da regulamentação e à conclusão das etapas de implementação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Participações sobre o lucro

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foram pagos a título de participação nos lucros e resultados o valor de R\$ 681 (R\$ 910 em junho de 2025).

32. Relacionamento com a auditoria

Em atendimento à Resolução nº 4.910 do CMN, não houve contratação de serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, tampouco exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

33. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua conclusão.

Leila Mejdalani Pereira
Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia
Diretor Superintendente

Celso Antônio Vasconcelos
Diretor

Marcio Felipini
Contador-TC- CRC 197.370/O-2